

Jader de Medeiros Britto

Ex-Editor da Rbep

Entrevistamos Jader Medeiros Britto, editor da Revista em dois momentos: o primeiro compreende o período de 1960 a 1976 e o segundo, de 1984 a 1986, perfazendo 20 anos de trabalho dedicado à Revista e ao Inep. No seu trabalho como editor, ele atravessou momentos marcantes da trajetória do Inep e da Rbep, tendo em vista que isso ocorreu em momentos críticos da história política do Brasil: a ditadura militar e o movimento de redemocratização do País. Queremos agradecer por sua gentileza em nos conceder esta entrevista.

Em que ano o senhor assumiu a editoria da *Rbep* e quanto tempo permaneceu como editor?

Em 1960 assumi, de fato, a editoria da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*; não houve portaria de nomeação. O editor Paulo Alberto Monteiro de Barros (Artur da Távola) afastou-se para se candidatar a deputado estadual. Trabalhamos juntos durante cerca de um ano. Naquela ocasião, ainda persistia o clima de tensão entre o posicionamento da Igreja Católica em defesa do ensino particular e a atuação de Anísio Teixeira em defesa do ensino público, no debate que se intensificou durante a

tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.* Embora estivesse ligado à Juventude Universitária Católica, continuei responsável pela produção de cada número, durante os quatro últimos anos da gestão de Anísio à frente do Inep.

Com sua demissão pelo presidente Castelo Branco, em abril de 1964, foi nomeado para dirigir o Órgão o professor Carlos Pasquale, presidente do Sindicato de Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado de São Paulo e integrante do Conselho Federal de Educação. O novo diretor, com melhor conhecimento das ideias e da ação de Anísio Teixeira, manteve toda a equipe que vinha trabalhando com este desde o início de sua administração.

Após dois meses de expectativa, fui chamado pelo professor Pasquale para informar sobre a situação da Revista. Apresentei-lhe a matéria selecionada para os dois números do semestre, programada na gestão anterior, incluindo textos do próprio Anísio, de Jayme Abreu, de integrantes do Conselho Federal de Educação e de autores renomados. O novo diretor aprovou a matéria e me convidou para dar continuidade aos trabalhos, recomendando a organização de dois documentários: o primeiro reunindo todas as recomendações das Conferências Internacionais de Educação, promovidas pela Unesco através do Bureau Internacional de Educação; o segundo agrupando os capítulos sobre educação das Mensagens Presidenciais apresentadas ao Parlamento na abertura dos trabalhos legislativos de cada ano, a partir de 1946. Esses documentos eram regularmente publicados pela Revista. Trabalhei como editor até 1976, quando optei por servir na Coordenadoria Técnica, que implantava o programa Anísio Teixeira de “Estímulos a Estudos e Pesquisas Educacionais”.

Depois de me aposentar do Serviço Público, convidado pela nova diretora do Inep, professora Lena Castello Branco, voltei em 1984 à editoria da Revista, permanecendo até 1986. Ao todo, 20 anos de trabalho. De 1960 a 1976, a periodicidade da Revista era trimestral. Na segunda fase, tornou-se quadrimestral.

Qual era o contexto educacional naquele momento e o cenário em termos de periódicos nacionais?

No início dos anos 1960, a inauguração de Brasília como nova capital do País e as eleições gerais, na esteira da sucessão presidencial, centralizavam as atenções. O longo debate ideológico desencadeado pela elaboração da Lei de Diretrizes e Bases caminhava para um desfecho com a interveniência do deputado Santiago Dantas, que articulava uma alternativa entre as propostas em confronto, afinal aprovada pelo Parlamento: os recursos públicos, em sua maioria, seriam destinados ao ensino público, abrindo espaço para se atender ao ensino particular.

Com a ascensão do presidente João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros e a implantação do Parlamentarismo, coube-lhe sancionar a Lei de

* N. do E. Alusão à Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que vigorou até 1971. Foi a primeira lei a fixar as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Diretrizes e Bases da Educação, bem como a Lei que criou a Universidade de Brasília. A implantação da LDB se iniciou com a estruturação do Conselho Federal e dos Conselhos Estaduais de Educação, que priorizaram a reorganização dos sistemas de ensino a partir da definição de novos currículos.

Quanto aos periódicos da área, o destaque é para a revista *Educação e Ciências Sociais*, produzida pela Divisão de Estudos Sociais e editada pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Inep. Dirigida pelo professor Darcy Ribeiro, a revista divulgava trabalhos resultantes de estudos e pesquisas empreendidos pela Divisão. Ali foi elaborado o projeto da UnB. Até então, a pós-graduação não havia sido devidamente estruturada em nossa organização universitária, o que viria a ocorrer somente em 1968, com a Lei nº 5.540, que estabeleceu novas diretrizes para o ensino superior. Desde então, começaram a surgir revistas como a da Unicamp e a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fora do âmbito público, registro de memória a revista *Educação*, editada pela Associação Brasileira de Educação, com periodicidade irregular, a *Revista do Ensino*, da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, *Atualidades Pedagógicas*, de iniciativa particular, como também a revista da Associação de Educação Católica.

Como era a linha editorial no momento em que o senhor assumiu a Revista e que mudanças imprimiu em sua gestão?

Quando assumi, a diretriz editorial guardava sintonia com as ideias preconizadas pelo Manifesto dos Pioneiros de 1932: prioridade para o ensino público, nível científico dos trabalhos e abertura para o pensamento divergente. Não havia conselho editorial. A matéria selecionada era examinada pelo diretor do Inep, Anísio Teixeira, e pelo diretor do CBPE, Péricles Madureira de Pinho. Para a seção de Estudos e Debates, contávamos com textos do próprio Anísio, dos professores Jayme Abreu, João Roberto Moreira, Lourenço Filho, Durmeval Trigueiro, por vezes, de Fernando de Azevedo, de integrantes do Conselho Federal de Educação, assim como de peritos da Unesco, como Pierre Furter, Jacques Torfs, Michel Debrun e educadores americanos visitantes, no empenho de obter a colaboração de especialistas em política e planejamento, em questões pedagógicas e administrativas da área. A seção de Documentação divulgava relatos de pesquisa, informes de congressos e encontros nacionais, bem como do Bureau Internacional de Educação, vinculado à Unesco, inclusive recomendações das conferências internacionais de educação, documentos relevantes da administração educacional, atos oficiais inovadores, transcrição de artigos de especial interesse publicados pela imprensa, resenha de livros da área, notícias do País e do exterior. Para esse trabalho, a Biblioteca Pedagógica e o Serviço de Bibliografia do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, coordenado pela técnica de educação Regina Helena Tavares, prestaram inestimável assistência.

Ao longo do período presidencial de Juscelino Kubitschek, a temática da educação para o desenvolvimento prevalecia nos debates, estendendo-se depois por toda a década de 1960, constituindo a questão central da Conferência Latino-Americana de Santiago do Chile, promovida pela Unesco em 1962, que mereceu o devido registro em dois números da Revista, mediante artigos, documentos básicos e conclusões.

Nessa fase, a primeira proposta foi criar uma seção intitulada Notas para a História da Educação Brasileira, iniciada com o discurso de Anísio Teixeira na abertura dos cursos da Universidade do Distrito Federal em 1935, por ele criada quando Secretário de Educação na gestão de Pedro Ernesto, prefeito do Rio de Janeiro, seguindo-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, assim como as reformas do ensino desde Benjamin Constant.

A partir de 1964, com a implantação do regime militar, houve especial preocupação em manter a linha editorial da *Rbep*. Ao mesmo tempo em que eram divulgadas contribuições significativas do sistema como o Salário-Educação, o 1º Censo Escolar Nacional, publicávamos estudos de Jayme Abreu, Anísio Teixeira, Durmeval Trigueiro, Aparecida Joly Gouveia, ao lado de contribuições de Newton Sucupira e Valnir Chagas, relatores da reforma universitária e do ensino fundamental, como também relatos de pesquisas realizadas pelo Órgão.

Até então não havia um conselho editorial; encarecemos do novo diretor sua criação, sendo constituído pelos professores Carlos Pasquale, diretor do Inep, João Roberto Moreira, Jayme Abreu, Lúcia Marques Pinheiro e pelo diretor do CBPE, Péricles Madureira de Pinho. A cada trimestre o Conselho se reunia para avaliar a matéria selecionada e definir diretrizes para o número seguinte.

De 1960 a 1976, tendo em vista obter uma programação visual de feição mais moderna, realizaram-se duas reformas gráficas. Na primeira, solicitamos ao *designer* Rogério Duarte, professor do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, que elaborasse o projeto, sendo ele contratado e o projeto aprovado pela direção do Inep. Essa reforma foi implantada a partir do n. 103 da *Rbep*, (jul./set. 1966).

Em 1973, visando obter uma nova programação visual e uma imagem símbolo do Inep – sua logomarca – que identificasse as publicações do Órgão, entramos em contato com o escritório do *designer* Aluísio Magalhães, efetuando-se o devido contrato. O nº 130 da *Rbep* inaugurou essa programação e a logomarca presente ainda hoje em edições e atividades do Instituto.

Ocorreu-nos organizar nos últimos anos daquela fase a edição de números monotemáticos, no propósito de contribuir para a reflexão de questões em foco de nossa realidade educacional. Foram produzidos números sobre a reforma universitária (111), a educação permanente (113), a faculdade de educação (114), o ensino de 1º e 2º graus (125), a pós-graduação (128), além de outros sobre a economia, a filosofia, a pesquisa da educação, o ensino profissional e a educação de crianças especiais.

Foram produzidos três índices remissivos, sendo o último editado em 1986, na segunda fase em que assumi a editoria. Organizado por autor e assunto, esse último incluiu toda a matéria publicada do nº 1 ao 151.

Quais os momentos mais marcantes (bons e ruins) da trajetória do Inep e da Rbep no período em que o senhor foi editor, tendo em vista que isso ocorreu num momento crítico da história política do Brasil?

A mudança da capital para Brasília teve reflexos na vida do Inep. Alguns funcionários de nível técnico aceitaram a proposta do governo, atraídos pelo pioneirismo e pelas vantagens oferecidas. Com a criação da UnB, o próprio Anísio Teixeira, então diretor, teve que assumir em 1962 a reitoria – era vice-reitor – em substituição a Darcy Ribeiro, convocado por Hermes Lima para integrar o 2º gabinete parlamentarista, como ministro da Educação. Acumulando funções, além de secretário-geral da Capes, a presença de Anísio na vida do Inep se tornou menos frequente, refletindo-se em seu *animus* criativo, apesar do empenho de todos em dar continuidade à programação definida.

O primeiro momento de grande tensão ocorreu em 1964, com o golpe militar. Circulava o propósito de extinguir o Inep e, com ele, a própria Revista, como reivindicavam setores conservadores civis e militares ligados ao ensino privado. Pelas informações obtidas naqueles idos de abril, dois fatores teriam contribuído para a sobrevivência do Órgão: a interveniência do advogado do Ministério do Exército, Demóstenes Madureira de Pinho – irmão do diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Péricles Madureira de Pinho, e a atuação equilibrada do diretor nomeado, professor Carlos Pasquale, que deu continuidade às atividades programadas, a projetos de pesquisa em curso, à edição da *Rbep* e da Bibliografia Brasileira de Educação, sobretudo ao funcionamento do CBPE e dos Centros Regionais de Pesquisa da rede do Instituto, existentes em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. Todavia, atendendo a reivindicações do radicalismo conservador e tradicionalista, extinguiu a Divisão de Estudos Sociais do CBPE, inclusive de sua conceituada revista.

No entanto, realizou-se naquele contexto o I Censo Escolar Nacional, criou-se o salário-educação, iniciativas do diretor do Inep, e foram retomadas as Conferências Nacionais de Educação e instituídos os Colóquios Estaduais para a Organização dos Sistemas de Ensino (Ceose), sob a coordenação do professor Durmeval Trigueiro, com assessoria dos peritos da Missão da Unesco no Brasil, de modo que o Órgão adquiriu nova dinâmica de atuação.

Outro momento de tensão ocorreu com o lançamento do n. 134 (abr./jun. 1974) apresentando as correntes e tendências da Filosofia da Educação. Colaboraram nesse número os professores: Durmeval Trigueiro (aposentado pelo AI5), analisando a fenomenologia do processo educativo; Pierre Furter (perito da Unesco), refletindo sobre a formação do homem

inacabado – um ensaio de Andragogia; Creusa Capalbo, comentando a dimensão dialética do pensamento educacional; Dermeval Saviani, debatendo as implicações do estruturalismo na educação; Therezinha Granato, analisando as contribuições do pensamento antropológico à educação – dela também a resenha do livro de Otto Bolnow, *Pedagogia e filosofia da existência*. Foi negativa a reação da Secretaria-Geral do MEC a esse número, sendo recolhidos os exemplares destinados a Brasília no Correio central, impedindo-se sua distribuição aos assinantes. O secretário-geral chegou a advertir o coronel Ayrton de Carvalho Mattos, diretor do Inep, quanto ao “teor subversivo” da publicação, sendo ele demitido pouco depois.

Sobre o segundo período em que assumi a editoria (de 1984 a 1986), cabe destacar a inestimável colaboração dos integrantes do Conselho Editorial, oriundos de nossas principais universidades, construindo-se números da Revista que apresentavam contribuições relevantes da experiência e do conhecimento educacional brasileiro. Reunindo-se a cada quadrimestre, o Conselho analisava técnica e criticamente a matéria selecionada, pois cada texto era submetido, bem antes de cada reunião, à apreciação de dois conselheiros, que sugeriam sua aprovação, reformulação ou mesmo substituição. Na mesma reunião eram feitas indicações de temas e autores para a programação do número seguinte. Essa fase pode ser considerada entre as mais férteis da história da Revista.

Será oportuno assinalar que o itinerário do Inep tem sido marcado por fases de estabilidade, de criatividade, de trabalho construtivo, como também por instantes de insegurança, oscilações em sua estrutura de funcionamento, de ameaças de extinção, o que voltou a ocorrer nos anos 1990, durante o governo Collor de Mello, que subestimou as finalidades do Órgão e de seu papel a serviço do desenvolvimento científico da educação no País. Revigorar sua documentação, seu programa editorial, sua contribuição em termos de estudos e pesquisas que revitalizem a práxis do ensino, parece constituir um apelo implícito às novas administrações, de modo a se conscientizarem da pertinência do Inep na atualidade.

Com a consolidação dos cursos de pós-graduação no Brasil, houve mudanças na linha editorial em termos de colaboração?

A política editorial da Revista sempre esteve aberta a essa colaboração. É claro que ela se intensificou quando os cursos de pós-graduação começaram a se estruturar mais sistematicamente a partir da Lei nº 5.540, de 1968, que estabeleceu as diretrizes para a reforma universitária, com base no relatório do professor Newton Sucupira, resultante do grupo de trabalho criado para elaborá-la.

Tendo em vista uma articulação do Inep com o meio universitário, voltado para a produção de conhecimento na área educacional, o então diretor do Órgão, coronel Ayrton de Carvalho Mattos, lançou, em 1972, o “Programa Anísio Teixeira” de estímulo a estudos e pesquisas

educacionais, desenvolvido mediante a seleção de projetos apresentados a cada ano pelas instituições acadêmicas, especialmente os construídos pelos cursos de pós-graduação da área. Sua vigência se estendeu até o final de 1980, na gestão do professor Hélio Saraiva.

Ao longo desse período estreitaram-se as relações do Inep com a Academia, incluindo a Revista em suas páginas contribuições de professores com experiência de pesquisa e que tivessem defendido tese de doutorado em educação e áreas afins. Deu-se continuidade à diretriz de reunir textos com tratamento científico das questões em foco e de veicular o contraponto de ideias e análises.

Aliás, cabe lembrar que era propósito de Anísio Teixeira, quando diretor do Órgão, intensificar esse relacionamento, defendendo inclusive uma estreita aproximação dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional com as universidades locais, a exemplo da Universidade de São Paulo, em cujo *campus* instalou-se o Centro Regional – hoje Faculdade de Educação –, dirigido então por Fernando de Azevedo, da Escola de Sociologia da USP.

Com a transferência do Inep para Brasília, em 1976, a periodicidade da *Rbep* não teve a mesma regularidade. Poucos números editados. A gestão do professor Hélio Saraiva, no começo dos anos 1980, decidiu suspendê-la visando a uma reformulação. Estruturou-se novo Conselho Editorial com a presença significativa de expoentes do ensino e da pesquisa na vida acadêmica. Em 1984, assumiu a direção do Órgão a professora Lena Castello Branco, que manteve o Conselho, sendo então lançado o nº 147, marcando o início da nova fase.

Qual o papel da *Rbep* na divulgação da produção acadêmica e a partir de que época?

Embora tivesse havido contínuo interesse da Revista em divulgar a produção acadêmica, bastando para tanto consultar o *Índice de autores e assuntos* (do nº 1 ao 161), cabe assinalar que as próprias universidades começaram a divulgar essa produção nos periódicos que foram surgindo após a implantação dos cursos de pós-graduação. Contribuiu para tanto a instituição da ANPEd, que criou sua própria revista.

A reflexão de professores universitários como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Durmeval Trigueiro, Aparecida Joly Gouveia, Florestan Fernandes, Dermeval Saviani, Pierre Furter, Vanilda Paiva, Newton Sucupira, Valnir Chagas, Cláudio Moura Castro, e tantos outros renomados especialistas em educação, foi sempre bem acolhida pelas páginas da Revista em qualquer fase de sua existência.

Por se tratar de uma publicação oficial, distribuída gratuitamente e com periodicidade regular, a Revista constitui um veículo de divulgação do conhecimento científico na área, indispensável ao trabalho acadêmico e de órgãos relacionados à administração do ensino.

Será pertinente salientar o fato de que, 16 anos após a implantação dos cursos de pós-graduação em educação, já existia no País uma plêiade

de especialistas capaz de repensar, em nível de ciência e consciência, nossa práxis educacional, dando cores novas à plataforma dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

Hoje o processo de produção e edição da *Rbep* é eletrônico. Como era o processo em sua época?

Enquanto foi editada no Rio de Janeiro, de 1944 a 1976, a produção editorial da *Rbep* era realizada pelo processo gráfico da linotipia, efetuando-se três provas com as respectivas revisões até a impressão. Quando foi lançada pelo professor Lourenço Filho, a impressão da Revista era feita na Imprensa Nacional. Mais tarde, na gestão de Murilo Braga, o trabalho gráfico foi entregue à editora Revista dos Tribunais, de São Paulo. Em meados de 1960, optei pelo Serviço Gráfico do IBGE, com sede em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro, dada a qualidade dos trabalhos que realizava e pelo fato de, por se tratar de empresa pública, a legislação dispensar a licitação.